

Despacho n.º 19 552/2000 (2.ª série). — Anuladas as colocações obtidas na 1.ª parte do concurso regulamentado pelo Decreto-Lei n.º 18/88, de 21 de Janeiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 43-A/97, de 17 de Fevereiro, e publicitada por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 98, de 27 de Abril de 2000, aos seguintes professores:

Ensinos básico (2.º e 3.º ciclos) e secundário:

3-3.º grupo:

418 64707 Eunice Maria Serra Sousa Pinheiro, 01 2 343584.

10.º-EMRC:

94 66919 Raquel Lúcia Santulhão Rodrigues, 21 2 341605.

16-4.º grupo B:

90/A 66554 Agustin Andrade Freitas, 21 2 400877.

17-5.º grupo:

943 51694 Jorge Miguel Rodrigues Câmara, 26 2 403120.

23-10.º grupo A:

28 51583 Cesaltina Maçarico Pedro, 01 1 402333 404172.

41-Espanhol:

9 66147 José Emanuel Fernandes Boal, 26 2 400129.

8 de Setembro de 2000. — A Directora-Geral, *Joana Orvalho*.

Despacho n.º 19 553/2000 (2.ª série). — Em aditamento à lista de colocações da 2.ª parte do concurso, regulamentado pelos Decretos-Leis n.ºs 18/88, de 21 de Janeiro, 43-A/97, de 17 de Fevereiro, 206/93, de 14 de Junho, 384/93, de 18 de Novembro, 16/96, de 8 de Março, e 15-A/99, de 19 de Janeiro, publicitada por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 198, de 28 de Agosto de 2000, se colocam os seguintes professores:

3-3.º grupo:

493 60567 Olga Maria Moreira R. Carvalho Pacheco Coelho, 01 DT 341903 345740.

26-11.º grupo B:

732 48806 Isabel Maria Queirós Ribeiro Matos, 01 DT 403714 344096.

8 de Setembro de 2000. — A Directora-Geral, *Joana Orvalho*.

Rectificação n.º 2478/2000. — Por ter saído com inexactidão a colocação obtida na 2.ª parte do concurso, regulamentado pelo Decreto-Lei n.º 18/88, de 21 de Janeiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 43-A/97, de 17 de Fevereiro, e publicitadas por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 198, de 28 de Agosto de 2000, rectifica-se que, nos ensinos básico (2.º, 3.º ciclos) e secundário, onde se lê:

«3-3.º grupo:

350 64707 Eunice Maria Serra Sousa Pinheiro, 01 DT 343584 343262» deve ler-se:

«3-3.º grupo:

0 64707 Eunice Maria Serra Sousa Pinheiro, 01 343262».

7 de Setembro de 2000. — A Directora-Geral, *Joana Orvalho*.

Rectificação n.º 2479/2000. — Por ter saído com inexactidão a colocação obtida na 1.ª parte do concurso, regulamentado pelo Decreto-Lei n.º 18/88, de 21 de Janeiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 43-A/97, de 17 de Fevereiro, e publicitadas por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 98, de 27 de Abril de 2000, rectifica-se que, nos ensinos básico (2.º e 3.º ciclos) e secundário, onde se lê:

«11 — 1.º grupo:

1716 41867 Maria Felícia Henriques Figueiredo 21 2 340765.»

deve ler-se:

«11 — 1.º grupo:

1726/A 41867 Maria Felícia Henriques Figueiredo 21 2 340972.»

8 de Setembro de 2000. — A Directora-Geral, *Joana Orvalho*.

Rectificação n.º 2480/2000. — Por ter saído com inexactidão a colocação obtida na 2.ª parte do concurso, regulado pelos Decretos-Leis n.ºs 18/88, de 21 de Janeiro, 206/93, de 14 de Junho, 384/93, de 18 de Novembro, 16/96, de 8 de Março, 43-A/97, de 17 de Fevereiro, e 15-A/99, de 19 de Janeiro, e publicitado por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 198, de 28 de Agosto de 2000, rectifica-se que, nos ensinos básico (2.º e 3.º ciclos) e secundário, onde se lê:

«15-4.º grupo A:

15 198 067062 Fernando Maria Alves Silva Rocha 01 DT 403416 401110»

deve ler-se:

«15-4.º grupo A:

15 198 057062 Fernanda Maria Alves Silva Rocha 01 DT 403416 401110».

14 de Setembro de 2000. — A Directora-Geral, *Joana Orvalho*.

Direcção Regional de Educação do Centro

Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico de Gouveia

Aviso n.º 14 019/2000 (2.ª série). — Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 132.º do ECD e n.º 1 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 76, de 31 de Março de 1999, faz-se público que se encontram afixadas nos placards da sala dos professores as listas de antiguidade do pessoal docente deste estabelecimento de ensino reportada a 31 de Agosto de 2000.

De harmonia com o artigo 96.º do citado decreto-lei, os docentes poderão, no prazo de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República*, apresentar reclamação ao dirigente máximo dos serviços.

15 de Setembro de 2000. — Pelo Presidente do Conselho Executivo, (*Assinatura ilegível.*)

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Gabinete da Ministra

Despacho n.º 19 554/2000 (2.ª série). — A questão do acesso e da utilização dos cuidados de saúde tipifica um dos principais problemas com que se debate o nosso sistema de saúde. Garantir o acesso de todos os cidadãos a cuidados de saúde de qualidade com a necessária prontidão são objectivos e princípios, amplamente debatidos, mas que têm sido postos em causa por períodos de espera que por vezes ultrapassam o tempo clinicamente aceitável.

Importa assim, a par de uma intervenção que promova o efectivo aproveitamento da capacidade instalada no sector público, estabelecer uma boa articulação entre os estabelecimentos hospitalares do Serviço Nacional de Saúde (SNS) e os estabelecimentos hospitalares dependentes de instituições particulares de solidariedade social (sector social) que permita garantir, pelo reforço da sua complementaridade num contexto de total transparência, uma maior acessibilidade aos cuidados de saúde.

Os protocolos de acordo, enquanto contratos de adesão, constituem um padrão normalizador do recurso a entidades externas ao SNS, para a prestação de um conjunto de serviços. Com estes protocolos específicos, a subscrever com o sector social, pretende-se, também na área cirúrgica, concretizar a complementariedade com o SNS.

Assim, com o objectivo de assegurar uma maior acessibilidade, com base em informação permanentemente actualizada e salvaguardando a integral rentabilização da capacidade instalada nos estabelecimentos hospitalares oficiais, importa definir princípios, procedimentos e regras de acesso dos utentes do SNS ao sector social.

Deste modo, determino:

1 — A Direcção-Geral da Saúde (DGS) manterá devidamente actualizada e divulgará pelas administrações regionais de saúde (ARS) e estabelecimentos hospitalares da rede oficial a relação das unidades de saúde do sector social que sejam titulares de acordo para a prestação de cuidados de saúde no âmbito da cirurgia.

2 — Compete ainda à DGS estabelecer e divulgar os tempos de espera clinicamente aceitáveis para cada patologia.

3 — Os estabelecimentos hospitalares da rede oficial deverão manter permanentemente actualizados os ficheiros dos doentes em lista

de espera para intervenção cirúrgica, destacando claramente todos os casos que tenham ultrapassado os tempos de espera clinicamente aceitáveis. A informação deverá ser enviada mensalmente às respectivas ARS, que, com base no sistema de informação já disponibilizado, lhe darão o necessário tratamento.

4 — A informação referida no número anterior será enviada pelas ARS, também com uma periodicidade mensal, à DGS e ao meu Gabinete.

5 — Dentro do princípio estabelecido no artigo 6.º da Lei n.º 27/99, de 3 de Maio, os doentes deverão ser prioritariamente encaminhados para os hospitais oficiais que tenham capacidade instalada disponível para resolver os casos clínicos em questão, competindo às respectivas agências tomar as medidas necessárias ao cumprimento deste princípio.

6 — Em situações de insuficiência ou esgotamento da capacidade instalada dos serviços hospitalares oficiais, as ARS, através das agências, acordarão com as unidades de saúde do sector social os cuidados a prestar e as medidas organizacionais e de apoio necessárias para dar resposta às listas de espera.

7 — O disposto no número anterior não prejudica a liberdade de escolha do doente, que poderá preferir manter-se em lista de espera a ser deslocado para uma instituição que não o seu hospital oficial de referência.

8 — A informação clínica do doente, devidamente acondicionada de forma a garantir a sua total confidencialidade, será facultada pelos hospitais oficiais à ARS respectiva que a remeterá à instituição seleccionada para realizar a intervenção cirúrgica, acompanhada de termo de responsabilidade, emitido pela agência.

9 — A informação clínica do doente deverá ser sempre acompanhada de declaração, do director clínico e ou do conselho de administração do hospital oficial onde ele se encontrava a aguardar intervenção, confirmando a incapacidade de resposta deste para realização da intervenção dentro dos tempos clinicamente aceitáveis.

10 — Compete às ARS através das agências, proceder a todas as diligências necessárias ao correcto desenvolvimento dos princípios enunciados e nomeadamente:

10.1 — Proceder ao contacto com os serviços de gestão de doentes dos hospitais oficiais;

10.2 — Seleccionar a unidade e o local de realização das intervenções, sempre que possível de acordo com a preferência eventualmente manifestada pelo doente;

10.3 — Garantir o transporte do doente, quando tal se justificar;

10.4 — Assegurar o envio da informação clínica de retorno ao hospital oficial de origem do doente.

11 — É da responsabilidade das ARS proceder à recepção, conferência, liquidação e pagamento das facturas emitidas pelos prestadores.

12 — Sempre que um estabelecimento hospitalar público não atinja a produção normal prevista em orçamento programa, as ARS debitarão a esse hospital a importância correspondente às intervenções cirúrgicas não efectuadas e que foram desviadas para o programa especial de acesso aos cuidados de saúde.

13 — A facturação resultante da prestação de cuidados de saúde a beneficiários de subsistemas ou de entidades legal ou contratualmente responsáveis pelo pagamento dos cuidados de saúde será sempre debitada pelas ARS ao hospital onde o doente estava inscrito a aguardar intervenção. Caberá a este, posteriormente, debitar a respectiva entidade responsável pelo pagamento, de acordo com os princípios e tabelas em vigor no SNS.

14 — As ARS deverão apresentar à DGS e ao meu Gabinete um relatório mensal contendo o número de cirurgias efectuadas, respectivas patologias, entidades prestadoras dos cuidados e volume de facturação associado.

6 de Setembro de 2000. — A Ministra da Saúde, *Maria Manuela de Brito Arcanjo Marques da Costa*.

Louvor n.º 693/2000. — No dia 1 de Março de 1999 aposentou-se o Dr. Manuel Tavares Sousa Coelho, director do serviço de pneumologia do Hospital de Santa Marta.

Aluno brilhante e excelente clínico, foi admitido como chefe de clínica dos Hospitais Cívicos de Lisboa — Hospital de Curry Cabral em 1970, tendo ficado responsável pela secção de reanimação respiratória do centro de reanimação do mesmo Hospital.

Inicia nessa altura os seus esforços no sentido da criação de um serviço de pneumologia nos Hospitais Cívicos de Lisboa.

Em 1976 é integrado como chefe de serviço de pneumologia e em 1977 é criada a unidade de pneumologia, que passa a dirigir.

Em 1979 é definitivamente instalada a unidade de pneumologia no Hospital de Santa Marta, a qual passou a serviço de pneumologia em 1996.

Pode afirmar-se que o Dr. Manuel Coelho «construiu» um serviço de pneumologia com uma visão de vanguarda, o que explica que

este serviço seja hoje um centro de referência, não só no domínio da assistência, mas também nos ensinamentos e investigação.

Como consequência, o componente ambulatorial deste serviço comporta uma lista completa de exames complementares pneumológicos e pela prioridade sempre dada ao ensino foi possível a formação de uma vintena de pneumologistas, alguns deles já em lugares de direcção noutras instituições de saúde.

Personalidade multifacetada, a sua actividade desenvolveu-se noutros campos, pelo que se indicam somente os cargos que desempenhou, na altura da sua aposentação, no Hospital de Santa Marta:

Director do serviço de pneumologia;

Director do serviço de internato;

Coordenador dos serviços de internato dos Hospitais Cívicos de Lisboa;

Presidente do Departamento de Formação e Aperfeiçoamento Profissional;

Presidente da comissão de ensino médico;

Presidente da comissão oncológica;

Grupo de acompanhamento da informatização do Hospital;

Adjunto da direcção clínica.

As qualidades de extrema dedicação e a grande dignidade ética e profissional, que sempre demonstrou, tornam-no merecedor do público louvor que, de acordo com a proposta do conselho de administração do Hospital de Santa Marta, apoiada pelo coordenador dos Hospitais Cívicos de Lisboa, Prof. Doutor Nuno T. Cordeiro Ferreira, lhe concedo.

31 de Agosto de 2000. — A Ministra da Saúde, *Maria Manuela de Brito Arcanjo Marques da Costa*.

Gabinete do Secretário de Estado dos Recursos Humanos e da Modernização da Saúde

Despacho n.º 19 555/2000 (2.ª série). — No uso da faculdade que me é conferida pelo n.º 2 do artigo 36.º do Código do Procedimento Administrativo, subdelego na secretária-geral do Ministério da Saúde, licenciada Maria de Aires Mendes de Aleluia, as seguintes competências:

1 — No âmbito da gestão dos recursos humanos:

- Conferir posse ao pessoal dirigente, ao abrigo do n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro;
- Autorizar a realização e o pagamento de trabalho extraordinário, nos termos previstos na alínea d) do n.º 3 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de Agosto;
- Autorizar a realização e o pagamento de trabalho em dias de descanso semanal e complementar de pessoal dirigente e de chefia, nos termos previstos no n.º 5 do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de Agosto;
- Designar substitutos de directores de serviço, chefe de divisão e chefes de secção, nos termos do artigo 21.º da Lei n.º 49/99, de 22 de Junho, e dar por findas as respectivas situações, nos termos do n.º 4 da mesma disposição.

2 — No âmbito da gestão orçamental:

- Autorizar despesas com empreitadas de obras públicas, locação e aquisição de bens e serviços até ao montante de 50 000 contos, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, bem como praticar todos os actos antecedentes e subsequentes que, pelo montante envolvido, fossem da competência ministerial, sem prejuízo do disposto na alínea seguinte;
- Escolher o tipo de procedimento a adoptar, nos casos do n.º 2 do artigo 79.º e do n.º 1 do artigo 205.º, ambos do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, quando o montante estimado da despesa não exceda os 25 000 contos;
- Assinar os pedidos de libertação de créditos a que se refere o artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de Julho, relativamente ao orçamento do meu Gabinete, bem como autorizar o pagamento de despesas previamente autorizadas do meu Gabinete e, nessa conformidade, promover toda a tramitação processual subsequente àquela autorização.

3 — É, ainda, delegada a competência para designar consultor jurídico para a prática dos actos processuais previstos na Lei de Processo nos Tribunais Administrativos.

4 — A secretária-geral apresentar-me-á, com uma periodicidade mensal, um relatório síntese donde constem os elementos estatísticos e de custos relativos aos actos praticados por subdelegação ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do presente despacho.